

Da percepção empresarial à Política Pública: A construção do Selo Ambiental 'Empresa Sustentável' no Município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil

From business perception to Public Policy: The construction of the 'Sustainable Company'

Environmental Seal in the Municipality of Alegrete, State of Rio Grande do Sul (RS), Brazil

**De la percepción empresarial a la Política Pública: La construcción del Sello Ambiental Empresa
Sostenible en el Municipio de Alegrete, Estado de Rio Grande do Sul (RS), Brasil**

Recebido: 14/10/2025 | Revisado: 22/10/2025 | Aceitado: 23/10/2025 | Publicado: 24/10/2025

Marcos Corrêa Kemmerich

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7614-1705>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: kemmerichmc@gmail.com

Márcio da Mota Machado Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3443-2931>

Escola Estadual de Educação Básica Dr. Lauro Dornelles, Brasil

E-mail: marciotm95@gmail.com

Ismael Mauri Gewehr Ramadam

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3198-1150>

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: ismael-ramadam@uergs.edu.br

Resumo

O presente artigo analisa as percepções empresariais sobre sustentabilidade e certificação ambiental em nível municipal, a partir de um estudo desenvolvido com 30 empresas de diferentes setores econômicos do município de Alegrete/RS. O trabalho teve como objetivo compreender o grau de conhecimento, engajamento e disposição do setor produtivo local em relação a práticas de sustentabilidade e certificações ambientais, subsidiando a formulação da Lei Municipal nº 6.881/2025, que instituiu o Selo Ambiental "Empresa Sustentável". A pesquisa, de abordagem mista e natureza aplicada, utilizou um questionário semiestruturado com 24 questões fechadas e uma aberta, combinando análise quantitativa e qualitativa. Os resultados indicaram que a maioria das empresas adota práticas básicas de sustentabilidade, como a separação de resíduos e o uso racional de energia, mas carece de conhecimento técnico e de incentivos públicos para avançar em certificações ambientais formais. Apesar disso, 82% das empresas demonstraram interesse em aderir ao selo municipal, reconhecendo sua relevância como instrumento de valorização social e competitividade. Constatou-se que o engajamento empresarial pode ser potencializado por políticas públicas participativas que reconheçam boas práticas e estimulem a cultura da responsabilidade socioambiental. O caso de Alegrete revela o potencial da interação entre universidade, poder público e setor privado na formulação de políticas baseadas em evidências, constituindo um modelo replicável de governança ambiental local.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Certificação ambiental; Políticas públicas; Responsabilidade socioambiental.

Abstract

This article analyzes business perceptions regarding sustainability and environmental certification at the municipal level, based on a study conducted with 30 companies from different economic sectors in the municipality of Alegrete/RS. The study aimed to understand the level of knowledge, engagement, and willingness of the local productive sector in relation to sustainability practices and environmental certifications, supporting the formulation of Municipal Law No. 6,881/2025, which established the "Sustainable Company" Environmental Seal. The research, with a mixed-methods and applied nature, used a semi-structured questionnaire with 24 closed questions and one open question, combining quantitative and qualitative analysis. The results indicated that most companies adopt basic sustainability practices, such as waste separation and rational energy use, but lack technical knowledge and public incentives to advance in formal environmental certifications. Nevertheless, 82% of companies showed interest in joining the municipal seal, recognizing its relevance as an instrument of social value and competitiveness. It was found that business engagement can be enhanced by participatory public policies that recognize good practices and

promote a culture of socio-environmental responsibility. The case of Alegrete reveals the potential of interaction between universities, public authorities, and the private sector in evidence-based policy formulation, constituting a replicable model of local environmental governance.

Keywords: Sustainability; Environmental certification; Public policies; Socio-environmental responsibility.

Resumen

Este artículo analiza las percepciones empresariales sobre sostenibilidad y certificación ambiental a nivel municipal, a partir de un estudio realizado con 30 empresas de diferentes sectores económicos del municipio de Alegrete/RS. El objetivo del estudio fue comprender el nivel de conocimiento, compromiso y disposición del sector productivo local en relación con las prácticas de sostenibilidad y certificaciones ambientales, apoyando la formulación de la Ley Municipal nº 6.881/2025, que instituyó el Sello Ambiental “Empresa Sostenible”. La investigación, de enfoque mixto y carácter aplicado, utilizó un cuestionario semiestructurado con 24 preguntas cerradas y una abierta, combinando análisis cuantitativo y cualitativo. Los resultados indicaron que la mayoría de las empresas adopta prácticas básicas de sostenibilidad, como la separación de residuos y el uso racional de la energía, pero carece de conocimiento técnico e incentivos públicos para avanzar en certificaciones ambientales formales. A pesar de ello, el 82% de las empresas mostró interés en adherirse al sello municipal, reconociendo su relevancia como instrumento de valorización social y competitividad. Se constató que el compromiso empresarial puede potenciarse mediante políticas públicas participativas que reconozcan las buenas prácticas y fomenten la cultura de responsabilidad socioambiental. El caso de Alegrete revela el potencial de interacción entre la universidad, el poder público y el sector privado en la formulación de políticas basadas en evidencia, constituyendo un modelo replicable de gobernanza ambiental local.

Palabras clave: Sostenibilidad; Certificación ambiental; Políticas públicas; Responsabilidad socioambiental.

1. Introdução

O avanço das transformações econômicas e ambientais nas últimas décadas tem evidenciado a urgência de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e setor produtivo para enfrentar os desafios da sustentabilidade. A busca por modelos de desenvolvimento que conciliem crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental constitui um dos maiores dilemas contemporâneos das políticas públicas (Secchi, 2018; Andrade, 2019).

No Brasil, as políticas públicas ambientais têm evoluído significativamente desde a década de 1980, acompanhando as diretrizes de organismos internacionais e incorporando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Entretanto, a maioria das ações permanece concentrada nos níveis federal e estadual, havendo um déficit de políticas municipais capazes de traduzir essas diretrizes em práticas concretas e adaptadas à realidade local (Mastrodi & Batista, 2021).

Nesse contexto, as certificações ambientais surgem como mecanismos de reconhecimento e incentivo que estimulam empresas a adotar práticas sustentáveis de forma voluntária, indo além da simples adequação às exigências legais. Essas certificações contribuem para legitimar a responsabilidade ambiental corporativa, criar diferencial competitivo e fortalecer a imagem institucional das empresas (Meirelles et al., 2022; Macedo et al., 2022). Nesse sentido, Cruz e David (2023) ressaltam que a sustentabilidade empresarial é fundamental para promover um futuro mais justo e equilibrado, uma vez que práticas sustentáveis não apenas reforçam o compromisso socioambiental, mas também geram benefícios financeiros e reputacionais às organizações.

A sustentabilidade envolve a geração equilibrada de valor econômico, proteção ambiental e considerações sociais, promovendo uma coexistência harmoniosa e duradoura (Spriggo, 2024). Uma compreensão profunda desse paradigma é crucial para uma gestão eficaz, pois promove a consideração equilibrada dos impactos ambientais, das interações sociais e dos resultados financeiros. Ao reconhecer a interconexão desses elementos, as empresas podem desenvolver estratégias mais robustas e resilientes. Nesse sentido, a adoção integrada das dimensões ambiental, social e econômica alinha as organizações às demandas da sociedade por práticas mais responsáveis, impulsionando a inovação e fortalecendo a resiliência institucional. Segundo Lima (2024), a sustentabilidade deixa de ser apenas uma escolha ética e passa a constituir uma oportunidade

estratégica para promover eficiência econômica, responsabilidade social e proteção ambiental, consolidando modelos de gestão mais adaptativos e competitivos.

A adoção de práticas sustentáveis, especialmente no setor industrial e no agronegócio, tem ainda o potencial de promover eficiência operacional e inovação. Ao reduzir desperdícios e otimizar o uso de recursos, as empresas contribuem diretamente para a conservação ambiental e asseguram maior competitividade em um cenário econômico no qual a sustentabilidade se tornou exigência crescente da sociedade (Oliveira, Haro & Martins, 2024).

Portanto, alcançar a sustentabilidade exige uma articulação eficaz entre diversos setores e atores sociais, na qual a liderança desempenha papel estratégico. Como destacam Melo, Júnior e Espindola (2024), líderes comprometidos com a agenda sustentável têm o potencial de influenciar políticas públicas e práticas corporativas, promovendo mudanças estruturais capazes de consolidar um modelo de desenvolvimento que beneficie tanto as gerações presentes quanto as futuras. Nesse cenário, a implementação de políticas públicas ambientais em nível local representa uma via concreta de transformação, permitindo que os princípios da sustentabilidade sejam territorializados e convertidos em ações práticas alinhadas às particularidades socioeconômicas de cada município.

O município de Alegrete, localizado na região da Campanha Gaúcha (RS), possui economia fortemente baseada nos setores de comércio, serviços, agroindústria, agricultura e pecuária. Apesar da presença de empreendimentos locais comprometidos com práticas ambientalmente responsáveis, até 2024 não existia qualquer instrumento formal de reconhecimento das iniciativas sustentáveis. Tal lacuna foi o ponto de partida para a criação do Selo Ambiental “Empresa Sustentável”, uma política pública pioneira que buscou transformar práticas empresariais isoladas em ações institucionalizadas e valorizadas socialmente.

A experiência resultou da interlocução entre o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), o Poder Legislativo e o Executivo municipal, culminando na Lei Municipal nº 6.881/2025, aprovada por unanimidade pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito. O processo teve como base a pesquisa desenvolvida junto a 30 empresas locais, cujas percepções e expectativas sobre sustentabilidade foram coletadas por meio de questionário semiestruturado e analisadas neste artigo.

A relevância desta investigação reside na possibilidade de compreender como a percepção empresarial pode orientar a formulação de políticas públicas ambientais e contribuir para o fortalecimento da governança municipal. Como destaca Parente (2024), o desenvolvimento sustentável exige ações intersetoriais e multiescalares, nas quais o poder público local desempenha papel de articulador entre sociedade, economia e meio ambiente.

O trabalho teve como objetivo compreender o grau de conhecimento, engajamento e disposição do setor produtivo local em relação a práticas de sustentabilidade e certificações ambientais, subsidiando a formulação da Lei Municipal nº 6.881/2025, que instituiu o Selo Ambiental “Empresa Sustentável”.

A proposta articula três eixos de análise:

- (a) o panorama das práticas de sustentabilidade no setor empresarial local;
- (b) as barreiras e incentivos percebidos pelas empresas para adoção de certificações ambientais; e
- (c) a relação entre pesquisa aplicada e formulação de políticas públicas no âmbito municipal.

Dessa forma, o artigo contribui para o debate sobre políticas públicas de baseadas em evidências, demonstrando como diagnósticos locais podem orientar ações normativas e transformadoras no território.

2. Metodologia

A pesquisa que fundamenta este artigo foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) integrando o relatório técnico que subsidiou a criação da política municipal de certificação ambiental de Alegrete/RS. Realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa (Pereira et al., 2018) com uso de estatística descritiva simples, com uso de classes de dados e valores de frequência absoluta e frequência relativa porcentual (Shitsuka et al., 2014), visando compreender, de forma abrangente, o panorama da sustentabilidade empresarial e as percepções do setor produtivo local sobre certificação ambiental.

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com enfoque aplicado, pois visou produzir conhecimento voltado à resolução de um problema público concreto: a ausência de instrumentos de reconhecimento e incentivo às práticas empresariais sustentáveis no município. Conforme Gil (2019), a pesquisa aplicada se caracteriza por buscar resultados de utilidade prática, o que converge com o propósito dos mestrados profissionais.

O delineamento metodológico baseou-se na pesquisa de campo, com coleta de dados primários junto a empresas locais. O estudo se enquadra, portanto, como uma investigação de natureza empírica, ancorada no princípio da pesquisa-ação, uma vez que o pesquisador atuou de forma colaborativa no processo de diagnóstico, formulação e implementação da política pública (Thiollent, 2025).

O universo da pesquisa compreendeu as empresas de diferentes ramos de atividade econômica situadas no município de Alegrete, incluindo setores de comércio, serviços, indústria de transformação, agroindústria e construção civil. A amostra foi composta por 30 empresas, selecionadas intencionalmente dentre aquelas que já recebiam consultoria técnica prestada pelo pesquisador. Essa estratégia favoreceu a participação e a confiabilidade dos dados, além de permitir o acompanhamento mais próximo das práticas adotadas por cada empreendimento.

A amostragem foi não probabilística e intencional, conforme definição de Vergara (2018), apropriada quando o objetivo é aprofundar o conhecimento de determinado fenômeno social em um contexto delimitado, e não necessariamente obter generalizações estatísticas.

2.1 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário semiestruturado, elaborado com base em estudos recentes sobre certificação ambiental e responsabilidade socioambiental empresarial (Elkington, 2019; Macedo et al., 2022; Meirelles et al., 2022). O questionário foi composto por 24 questões fechadas, de natureza quantitativa, e uma questão aberta, de caráter qualitativo, organizadas em cinco blocos temáticos. Cada bloco abordou dimensões específicas relacionadas ao perfil empresarial, práticas de sustentabilidade, barreiras e incentivos à certificação ambiental, conhecimento sobre selos e normas ambientais, bem como a percepção sobre a importância e viabilidade de um selo municipal.

A Tabela 1 apresenta a estrutura detalhada dos blocos temáticos do questionário, incluindo o conteúdo abordado, o tipo de questão e o objetivo de cada bloco:

Tabela 1 - Blocos temáticos do questionário sobre sustentabilidade e certificação ambiental.

Bloco Temático	Conteúdo / Exemplos de Variáveis	Tipo de Questão	Objetivo
1. Perfil da empresa	Tempo de atuação, número de funcionários, setor econômico, natureza jurídica	Fechadas (quantitativas)	Caracterizar o perfil das empresas participantes e identificar padrões de atuação e porte.
2. Práticas de sustentabilidade	Gestão de resíduos, eficiência energética, consumo de água, ações sociais, inovação verde	Fechadas (quantitativas)	Avaliar a adoção de práticas sustentáveis e identificar áreas de maior ou menor engajamento ambiental.
3. Barreiras e incentivos à certificação ambiental	Obstáculos percebidos, incentivos necessários, suporte institucional	Fechadas (quantitativas)	Compreender os fatores que dificultam ou estimulam a adesão a certificações ambientais formais.
4. Conhecimento sobre selos ambientais e normas ISO	Conhecimento prévio sobre certificações, familiaridade com normas ISO 14001	Fechadas (quantitativas)	Mensurar o nível de conhecimento técnico sobre certificações e normas ambientais.
5. Percepção sobre a importância e viabilidade de um selo municipal	Relevância social, competitividade, adesão ao selo, sugestões para implementação	Fechadas (quantitativas) e aberta (qualitativa)	Avaliar a percepção das empresas sobre a utilidade de um selo municipal e captar opiniões e expectativas.

Nota. Dados obtidos por meio de questionário aplicado a 30 empresas licenciáveis de Alegrete/RS em 2025. Fonte: Autores (2025).

As questões fechadas adotaram escalas de frequência e de concordância, permitindo a quantificação das respostas e o cálculo de percentuais. Já a questão aberta buscou captar percepções, opiniões e sugestões sobre o papel das certificações ambientais, possibilitando uma leitura interpretativa das motivações e expectativas empresariais.

2.2 Coleta e Análise dos dados

A aplicação do questionário ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2024, de forma presencial e individual, nas sedes das empresas participantes. Antes do início da aplicação, os empresários foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Durante a coleta, o pesquisador manteve postura neutra e esclareceu eventuais dúvidas, assegurando a compreensão dos participantes e a consistência dos dados. A média de tempo de resposta foi de aproximadamente 20 minutos.

Os dados foram organizados e analisados em duas etapas complementares. A primeira, quantitativa, envolveu a tabulação das respostas fechadas em planilha eletrônica e a elaboração de gráficos e tabelas descritivas. Essa etapa buscou identificar tendências gerais e padrões de comportamento entre as empresas, possibilitando a construção de indicadores de sustentabilidade empresarial.

Na segunda etapa, de análise qualitativa, as respostas à questão aberta foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 2016), conforme as fases de pré-análise, exploração do material e categorização temática. A leitura flutuante permitiu identificar núcleos de sentido que expressavam percepções sobre benefícios, dificuldades e expectativas em relação à certificação ambiental. Os resultados das duas abordagens foram posteriormente triangulados, conforme defendem Creswell e Clark (2018), de modo a proporcionar uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

O estudo respeitou integralmente os princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos, especialmente no tocante à voluntariedade, confidencialidade e anonimato das informações. Os nomes das empresas foram omitidos, sendo os dados apresentados apenas de forma agregada.

3. Resultados e Discussão

Os resultados do questionário aplicado às 30 empresas de Alegrete/RS permitiram traçar um panorama abrangente das práticas de sustentabilidade, das barreiras enfrentadas e das percepções empresariais sobre certificação ambiental, revelando um cenário ao mesmo tempo desafiador e promissor.

A discussão está estruturada em cinco eixos correspondentes aos blocos temáticos do instrumento:

- (a) perfil das empresas participantes;
- (b) práticas de sustentabilidade adotadas;
- (c) barreiras e incentivos à certificação;
- (d) conhecimento sobre selos e normas ambientais; e
- (e) percepção sobre a importância e viabilidade de uma política pública municipal de certificação ambiental.

3.1 Perfil das empresas participantes

A amostra foi composta majoritariamente por micro e pequenas empresas (90%), com tempo médio de funcionamento superior a dez anos e atuação consolidada no mercado local. Quanto ao setor econômico, 60% pertencem ao comércio e serviços, 25% à indústria e agroindústria, e 15% à construção civil e atividades de pequeno porte. A seguir, a Tabela 2 apresenta a síntese desses indicadores:

Tabela 2 - Perfil das empresas participantes de Alegrete/RS (2025).

Indicadores	Resultados (%)	Interpretação analítica
Micro e pequenas empresas	90	Estrutura produtiva concentrada em MPÉs; característica típica de economias municipais.
Setor econômico: comércio e serviços	60	Atividades urbanas de baixo impacto predominam.
Indústria e agroindústria	25	Segmentos com potencial de ampliação de práticas ambientais estruturadas.
Construção civil e pequeno porte	15	Maior potencial de geração de resíduos e necessidade de regulação técnica.
Tempo médio de funcionamento >10 anos	-	Empresas consolidadas, porém, com pouca inovação em gestão ambiental.

Nota. Dados obtidos por meio de questionário aplicado a 30 empresas licenciáveis de Alegrete/RS em 2025. Fonte: Autores (2025).

A predominância de micro e pequenas empresas geridas pelos próprios proprietários revela uma estrutura organizacional flexível, mas com limitações financeiras e técnicas, realidade típica de municípios de porte médio como Alegrete (Macedo et al., 2022).

Esse perfil reforça a importância de políticas públicas adaptadas à escala local, que conciliem acessibilidade e rigor técnico. Como apontam Meirelles, Silva & Nascimento (2022), a aplicação de modelos padronizados de certificação pode criar barreiras econômicas significativas para microempresas, exigindo incentivos calibrados ao porte produtivo.

3.2 Práticas de sustentabilidade

Os resultados indicam que a maioria das empresas pesquisadas adota práticas básicas de gestão ambiental, embora a implementação de sistemas formais e estruturados ainda seja limitada. As iniciativas observadas concentram-se principalmente em ações de caráter operacional e cotidiano, refletindo uma abordagem prática e empírica da sustentabilidade empresarial.

A seguir a Tabela 3 apresenta as principais práticas de sustentabilidade identificadas por meio do questionário

aplicado às empresas participantes:

Tabela 3- Práticas De Sustentabilidade Adotadas Pelas Empresas.

Tipo de prática	Frequência (%)	Observações qualitativas
Separação de resíduos sólidos	83	Prática mais difundida; em geral, realizada de forma empírica.
Redução do consumo de energia	71	Ações simples (troca de lâmpadas, desligamento de equipamentos).
Ações sociais e comunitárias	68	Contribuem para imagem institucional e pertencimento local.
Planejamento ambiental formal	23	Poucas empresas possuem planos estruturados.
Monitoramento de indicadores ambientais	17	Prática restrita a empresas com assessoria técnica.

Nota. Dados obtidos por meio de questionário aplicado a 30 empresas licenciáveis de Alegrete/RS em 2025. Fonte: Autores (2025).

Esses dados indicam que há consciência ambiental crescente, mas ainda baixa institucionalização das práticas. As ações ocorrem de forma pontual, muitas vezes motivadas por valores pessoais dos gestores ou por exigências pontuais de clientes, e não por um sistema de gestão integrado. Essa constatação dialoga com os achados de Elkington (2019), que ressalta que o verdadeiro avanço da sustentabilidade empresarial exige um modelo de governança que articule simultaneamente as dimensões ambiental, social e econômica, o chamado “Triple Bottom Line”.

Observou-se também que as empresas com práticas mais consolidadas apresentaram maior engajamento comunitário, reforçando o papel da sustentabilidade como estratégia relacional e reputacional (Duarte & Barbosa, 2023).

3.3 Barreiras e incentivos à certificação ambiental

A análise dos dados revelou a presença de três grandes grupos de barreiras que dificultam a adesão das empresas à certificação ambiental: fatores econômicos, técnicos e institucionais. Essas barreiras refletem tanto limitações internas das empresas quanto lacunas no apoio e nas políticas públicas municipais. A Tabela 4 apresenta as principais barreiras identificadas, seu percentual de ocorrência e a interpretação analítica de cada uma:

Tabela 4 - Principais barreiras e incentivos à certificação ambiental.

Barreiras identificadas	Percentual (%)	Interpretação
Custos de adequação e consultorias	73	Principal obstáculo; necessidade de incentivos financeiros.
Falta de conhecimento técnico	61	Déficit de capacitação e orientação.
Ausência de incentivos públicos	57	Falta de políticas municipais específicas.
Falta de tempo/recursos humanos	42	Estrutura enxuta limita planejamento.
Pouca valorização institucional	28	Falta de reconhecimento público desestimula adesão.

Nota. Dados obtidos por meio de questionário aplicado a 30 empresas licenciáveis de Alegrete/RS em 2025. Fonte: Autores (2025).

Esses resultados indicam que, embora haja disposição empresarial para inovar, as condições institucionais e econômicas ainda não favorecem a sustentabilidade. Schröder, Souza & Tavares (2020) destacam que políticas locais de incentivo, como selos, prêmios ou linhas de crédito verdes, reduzem barreiras financeiras e criam ecossistemas de inovação sustentável.

As respostas abertas também apontaram que o reconhecimento público e a valorização comunitária seriam fortes estímulos à adesão, reforçando a importância simbólica e reputacional da certificação (Meirelles et al., 2022). A literatura recente evidencia que organizações que comunicam de forma clara e coerente suas ações socioambientais conseguem

fortalecer sua credibilidade perante os públicos de interesse e ampliar sua legitimidade competitiva, já que a transparência em sustentabilidade torna-se parte do posicionamento estratégico da marca (Mezzomo et al., 2025).

3.4 Conhecimento sobre certificações ambientais

Os resultados indicam uma lacuna significativa no conhecimento técnico das empresas acerca de certificações ambientais. A maior parte das empresas desconhece completamente o tema, enquanto apenas uma pequena parcela apresenta algum nível de familiaridade, geralmente de forma superficial ou limitada a casos específicos do setor industrial.

A Tabela 5 sintetiza o nível de conhecimento identificado entre as empresas participantes:

Tabela 5 - Nível de conhecimento sobre certificações ambientais.

Tipo de conhecimento	Percentual (%)	Exemplos mencionados
Desconhece totalmente	87	Nenhum reconhecido
Conhece superficialmente	10	Citações genéricas à “ISO”.
Possui algum conhecimento técnico	3	Casos isolados de empresas do setor industrial

Nota. Dados obtidos por meio de questionário aplicado a 30 empresas licenciáveis de Alegrete/RS em 2025. Fonte: Autores (2025).

A falta de conhecimento constitui um dos principais entraves à implementação de práticas certificáveis. Segundo Almeida & Schenini (2021), a informação ambiental é um recurso estratégico, e sua ausência limita a capacidade de inovação.

Esse contexto foi determinante para o desenho do Selo Ambiental “Empresa Sustentável”, estruturado como uma certificação gradual, pedagógica e acessível, permitindo que as empresas avancem conforme desenvolvem maturidade técnica e ambiental.

3.5 Percepção sobre a importância e viabilidade do selo municipal

Os resultados indicam ampla aceitação da proposta de criação de um selo ambiental municipal entre as empresas participantes. A totalidade das empresas (100%) avaliou positivamente a iniciativa, e 82% demonstraram interesse em aderir voluntariamente. Além disso, os dados evidenciam percepção de benefícios estratégicos, como melhoria da imagem institucional, aumento da confiança dos consumidores e fortalecimento do vínculo com a comunidade e o poder público. Abaixo, a Tabela 6 apresenta os principais resultados obtidos:

Tabela 6 - Percepção sobre a importância e viabilidade do selo ambiental municipal.

Aspecto avaliado	Resultado (%)	Análise interpretativa
Considera positiva a criação do selo	100	Aceitação unânime; legitimidade social.
Deseja participar voluntariamente	82	Alta adesão potencial.
Melhoria da imagem institucional	77	Reconhecimento público como valor simbólico.
Confiança dos consumidores	71	Reforço da reputação e diferenciação no mercado.
Fortalecimento do vínculo com poder público/comunidade	64	Governança colaborativa em formação.
Estímulo à inovação e responsabilidade social	58	Percepção de valor estratégico.

Nota. Dados obtidos por meio de questionário aplicado a 30 empresas licenciáveis de Alegrete/RS em 2025. Fonte: Autores (2025).

Os resultados demonstram aceitação e legitimidade social da política proposta, que embasou a aprovação unânime da Lei Municipal nº 6.881/2025.

O selo foi percebido como instrumento de valorização institucional, alinhado às tendências ESG e à lógica de inovação colaborativa.

A adesão espontânea reforça a tese de Secchi (2018) e Duarte & Barbosa (2023), segundo a qual políticas públicas indutivas e participativas podem gerar mudanças comportamentais sustentáveis quando constroem ambientes de confiança entre atores sociais.

3.6 Discussão integrada: pesquisa aplicada e formulação da política pública

A integração entre os resultados observados e a formulação da Lei Municipal nº 6.881/2025 evidencia um processo de governança colaborativa, no qual o conhecimento científico produzido no âmbito universitário foi convertido em instrumento efetivo de gestão pública local. Esse movimento representa um exemplo concreto de política pública baseada em evidências, em que a pesquisa aplicada não se limita ao diagnóstico, mas orienta diretamente a tomada de decisão e o desenho institucional das ações governamentais.

A partir das evidências obtidas junto às empresas participantes, foram definidos os critérios de elegibilidade, as categorias de avaliação e os procedimentos de concessão e monitoramento do selo ambiental, assegurando que a política fosse simultaneamente técnica, legítima e participativa. Tal abordagem rompe com a lógica de formulação verticalizada de políticas, aproximando a administração pública da realidade concreta dos atores econômicos locais. De acordo com Batista et al. (2025), evidências técnicas por si só não são suficientes para orientar políticas públicas de qualidade, uma vez que a efetividade das decisões depende, sobretudo, das capacidades institucionais e da estrutura governamental disponível para viabilizar sua execução. A experiência de Alegrete mostra que, quando evidências são combinadas com governança colaborativa e apoio político, elas se convertem em práticas concretas e inovadoras.

Assim, o Selo Ambiental “Empresa Sustentável” consolida-se como um modelo replicável de política pública ambiental construída com base na escuta social, na pesquisa empírica e na integração interinstitucional entre poder público, universidade e setor produtivo, um exemplo concreto de como o conhecimento científico pode gerar impacto real na gestão pública local.

4. Considerações Finais

A análise das percepções empresariais sobre sustentabilidade e certificação ambiental no município de Alegrete/RS revela um contexto promissor para o desenvolvimento de políticas públicas locais inovadoras, participativas e baseadas em evidências.

Os resultados apontam que, embora o nível de conhecimento técnico sobre certificações ambientais ainda seja limitado, há elevado interesse e engajamento do setor produtivo em aderir a iniciativas que reconheçam e valorizem práticas sustentáveis.

Esse achado é particularmente relevante, pois demonstra que o comprometimento ambiental das empresas não depende apenas de exigências legais, mas pode ser impulsionado por mecanismos de incentivo, reconhecimento e cooperação institucional. Políticas públicas desenhadas em diálogo com os agentes econômicos locais mostram-se mais eficazes e legitimadas socialmente, consolidando uma cultura de governança colaborativa.

A Lei Municipal nº 6.881/2025, que instituiu o Selo Ambiental “Empresa Sustentável”, materializa essa articulação entre universidade, poder público e setor privado. A política surgiu como produto direto de uma pesquisa aplicada, na qual os dados empíricos coletados junto às empresas serviram de base para a formulação dos critérios, categorias e procedimentos de

certificação, comprovando que a produção científica pode exercer papel transformador e pragmático nas realidades municipais.

Os resultados também evidenciam que a sustentabilidade empresarial, quando inserida em um ecossistema de governança cooperativa, tende a gerar impactos econômicos, sociais e ambientais positivos. A adesão voluntária das empresas ao selo demonstra a eficácia de políticas indutivas, que valorizam boas práticas e estimulam a inovação, em contraposição à lógica punitiva tradicional.

Como desdobramento, recomenda-se que o município institua programas permanentes de acompanhamento técnico e campanhas de sensibilização voltadas à ampliação da adesão empresarial, consolidando uma cultura local de sustentabilidade. Sugere-se, ainda, a formação de parcerias com instituições de ensino, órgãos ambientais regionais e entidades de classe, a fim de promover a atualização contínua dos critérios de avaliação, o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e a integração das ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em síntese, a experiência de Alegrete configura-se como um modelo replicável de política pública ambiental, fundamentado em evidências empíricas, diálogo interinstitucional e participação social. Essa experiência reafirma que o desenvolvimento local sustentável é alcançável quando ciência, gestão pública e iniciativa privada atuam de forma integrada, comprometidas com a responsabilidade socioambiental e a inovação pública.

Agradecimentos

Os autores expressam seus agradecimentos à Câmara Municipal de Vereadores de Alegrete pelo apoio institucional e pela parceria no processo de elaboração e aprovação da Lei Municipal nº 6.881/2025, que instituiu o Selo Ambiental *Empresa Sustentável*.

Agradecem, igualmente, ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja, pelo suporte técnico e científico à pesquisa, e às 30 empresas participantes, cuja colaboração voluntária foi essencial para o diagnóstico situacional e para a construção coletiva da política pública municipal de certificação ambiental.

Referências

- Almeida, T., & Schenini, P. (2021). *Gestão ambiental e inovação sustentável nas micro e pequenas empresas brasileiras*. Revista Desenvolvimento em Debate, 9(1), 45–63.
- Andrade, M. (2019). *Sustentabilidade e políticas públicas locais: desafios e oportunidades*. Revista Brasileira de Planejamento Urbano, 6(2), 33–51.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Batista, M. P., Souza, L. M., & Silva, R. C. (2025). *Uso de evidências e capacidades estatais na formulação de políticas públicas no Brasil*. Revista de Administração Pública, 59(1), 45–68. <https://doi.org/10.1590/0034-761220240176>.
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2018). *Designing and conducting mixed methods research* (3rd ed.). SAGE.
- Cruz, A. C. D., & David, S. (2023). Study about sustainability in Brazilian organizations. *Research, Society and Development*, 12(10), e29121043404. <https://doi.org/10.33448/RSD-V12I10.43404>
- Duarte, R., & Barbosa, C. (2023). *Implementação de políticas públicas: desafios e perspectivas no contexto brasileiro*. Atlas.
- Elkington, J. (2019). *Green Swans: The coming boom in regenerative capitalism*. Fast Company Press.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Editora Atlas.
- Lei nº 6.881, de 04 de julho de 2025. Institui o Selo Ambiental “Empresa Sustentável” para empresas no âmbito do Município de Alegrete/RS, estabelece critérios e procedimentos para sua concessão, define incentivos e sanções, e dá outras providências. Alegrete, RS.
- Lima, I. A. S. e. (2024). *Economia circular: um panorama brasileiro*. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/56154>
- Macedo, M., Lima, R., & Ferreira, A. (2022). *Sustentabilidade empresarial e inovação verde no Brasil*. Revista de Gestão Ambiental, 18(2), 55–72.

- Mastrodi, J., & Batista, E. (2021). *Sustentabilidade e governança ambiental municipal: instrumentos e limitações*. Revista de Políticas Públicas, 25(1), 77–92.
- Meirelles, C. S., Silva, D. C., Santana, L. S., Nascimento, T. M. A., Pereira, V. A., & Morais, M. O. (2022). *Corporate sustainability and environmental certification in companies*. Research, Society and Development, 11(14), e106111436199. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36199>
- Meirelles, L., Costa, A., & Moura, P. (2022). *Certificação ambiental e valor reputacional nas empresas brasileiras*. Revista de Estudos Organizacionais, 14(3), 112–129.
- Melo, L. F. de S., Júnior, P. L. P., & Espindola, G. M. de. (2024). Os caminhos da sustentabilidade no Brasil: estudo de caso baseado em indicadores de sustentabilidade. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 22(1), 3287–3308. <https://doi.org/10.55905/OELV22N1-173>
- Mezzomo, A. L., Sousa, A. A. D. N., Azevedo, J. G. N., Bichler, M. H., Veloso, C. C., Menezes, U. D. S., ... & João, B. D. N. Governança Social, Ambiental E Corporativa E A Sua Influência Sobre A Marca E A Reputação Das Organizações.
- Oliveira, E. A. B. de, Haro, G. P. B. de, & Martins, J. D. D. (2024). Responsabilidade socioambiental corporativa: o diferencial competitivo que promove o desenvolvimento sustentável. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 14(1), 1–25. <https://doi.org/10.18226/22370021.v14.n1.16>
- Parente, C. (2024). *Desenvolvimento sustentável e inovação local: a importância da governança municipal*. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Gestão, 11(1), 25–40.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Schröder, M., Souza, P., & Tavares, G. (2020). *Incentivos econômicos e políticas ambientais: instrumentos de mudança comportamental*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 10(3), 122–138.
- Secchi, L. (2018). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (3ª ed.). Cengage Learning.
- Shitsuka, R. et al. (2014). Matemática fundamental para tecnologia. (2ed.). Editora Érica.
- Spricigo, R. (2024). Educação ambiental como fator predominante para inclusão de práticas sustentáveis e redução de danos ambientais. *Caderno Pedagógico*, 21(6), e4469. <https://doi.org/10.54033/CADPEDV21N6-076>
- Thiollent, M. (2025). *Metodologia da pesquisa-ação*. Cortez.
- Vergara, S. C. (2018). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (17ª ed.). Atlas.